



Imbassahy exige explicações de ministro sobre trem-bala e questiona prioridade para obra bilionária

O deputado **Antonio Imbassahy (BA)** apresentou na última sexta-feira (18) requerimento endereçado ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, no qual cobra informações sobre o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligaria Campinas ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo. O tucano requer dados sobre os custos, a viabilidade econômica e os impactos ambientais do empreendimento. Em pronunciamento, o parlamentar questionou a necessidade da obra, orçada inicialmente em R\$ 34,6 bilhões, e considerou um “desperdício” o uso de valor tão alto frente a tantas outras necessidades do país em áreas básicas como saneamento e transporte rodoviário.

R\$ 34,6 bilhões

é o valor previsto para o TAV, montante 11 vezes superior a todo o investimento feito nos aeroportos brasileiros entre 1999 e 2008.

“É um projeto que, comparado com outros em curso no Brasil, tem um custo tão elevado que chega a ser estarrecedor”, criticou o tucano, para quem o valor previsto pelo Planalto está subestimado. Com esses R\$ 34,6 bilhões, daria para se construir duas usinas hidrelétricas como a de Belo

Monte, uma das maiores em edificação no mundo. Também seria possível tirar do papel cinco ferrovias Norte-Sul. O montante, de acordo com Imbassahy, também corresponde a 11 vezes mais que todo o investimento feito nos aeroportos entre 1999 e 2008.

“Fico imaginando que essa obra possa ser fruto da megalomania de alguns ou até delírio de outros. Esse empreendimento é um desvario. Não consigo entender os motivos para tocá-lo”, criticou o deputado, ao lembrar que em 2007 a Valec Engenharia, Construções e Rodovias – estatal responsável pelo setor – estimava a obra em cerca de R\$ 15 bilhões, menos da metade da atual estimativa.

No discurso, o parlamentar citou estudo elaborado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal no qual são apontados diversos problemas no projeto do trem-bala e a sugestão de cancelamento do empreendimento. De acordo com o texto, o valor da obra é muito alto e os estudos técnicos que o embasaram apresentam indícios claros de subestimação dos custos e superestimação das receitas esperadas com a venda de passagens.

“Além disso, não há uma clara caracterização de quais problemas o TAV pretende sanar. Isso é

gravíssimo. Afinal, o que o trem-bala pretende resolver diante de tantas dificuldades nacionais?”, questionou. Para Imbassahy, é provável que a construção do trem-bala tire recursos de outros setores e cause prejuízos ao país em diversas áreas. No requerimento encaminhado ao ministro, o deputado questiona se não haveria alternativas mais eficientes de sistemas de mobilidade interurbana com custos financeiros e ambientais mais reduzidos.



Congresso deve barrar MP que cria mecanismo de financiamento público para o TAV, defende tucano

O deputado também rechaçou a MP 511/10, que cria um mecanismo de financiamento público para o projeto. O objetivo é evitar o prejuízo da União (garantidor) na hipótese de inadimplência ou falência do negócio. Mas de acordo com o Ministério Público, o dispositivo foi deturpado no que diz respeito à contragarantia. Isso porque seria oferecida à União ações da concessionária sem valor algum em caso de falência. “Isso mostra que esse mecanismo gera fortes incentivos para a inadimplência e o desperdício. Trata-se de um estímulo à ineficiência”, alertou Imbassahy, para quem essa MP precisa ser rejeitada não só pela oposição, “mas por todos que querem o bem do Brasil”. A proposta será apreciada no Congresso nos próximos dias.

Na avaliação do deputado, o governo quer, por meio da MP, tirar qualquer risco do investidor e disponibilizar R\$ 20 bilhões do BNDES com recursos assegurados pela União e com subsídios claros para atrair o investidor, que não teria riscos no duvidoso empreendimento. “Isso realmente é um incentivo à utilização equivocada do dinheiro público”, reforçou.

O tucano citou ainda o descaso federal com obras importantes de duplicação de rodovias em todo o país e com as reformas dos aeroportos para atender a crescente demanda e preparar o país para a Copa de 2014. Segundo ele, medidas importantes para desafogar o trânsito nas grandes capitais e melhorar as condições de vida dos trabalhadores tem urgência comprovada, diferentemente do projeto do TAV.

Deputados criticam incoerência de Dilma ao anunciar gestão “municipalista”

O deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** considerou surpreendente e incoerente a declaração da presidente Dilma Rousseff de que seu governo será “municipalista”. A petista afirmou na última quinta-feira (17), em Uberaba (MG), que terá uma relação “qualificada e de parceria” com prefeitos, já que uma série de projetos de seu governo só poderá ser viabilizada com o apoio das prefeituras. Mas o anúncio da presidente acontece ao mesmo tempo em que o Planalto corta R\$ 1,8 bilhão em emendas parlamentares, que visam beneficiar exatamente os municípios, dentro do pacote de cortes do Orçamento de R\$ 50 bilhões.

“Essa declaração embute uma incoerência muito grande, porque ao mesmo tempo em que diz isso ela cortou as emendas dos parlamentares diretamente ligadas aos prefeitos. Essas propostas previam recursos e verbas para os municípios e praticamente todas foram cortadas. Portanto, essa declaração nos surpreende porque uma coisa é o discurso

e a outra é a prática”, avaliou Mendes Thame na última sexta-feira (18).

O tucano criticou ainda a forma de a presidente estabelecer proximidade com as prefeituras. “A presidente Dilma pretende estabelecer um vínculo direto com prefeitos ignorando os parlamentares, as lideranças regionais e até líderes do seu próprio partido. Essa relação direta com os prefeitos nunca deu certo. Ela funciona quando se respeitam as lideranças naturais de cada região que são os avalistas e os fiadores das ações de desenvolvimento regional”, condenou o vice-líder da Minoria.

Em entrevista à “Agência Estado”, o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, destacou que a petista foi contraditória. Segundo Nogueira, quase a totalidade dos recursos das emendas dos parlamentares vai para os municípios, na forma de verbas para educação e saúde, entre outras áreas. “Há antagonismo entre o que ela fala e o que faz”, afirmou o parlamentar.

R\$ 1,8 bilhão

É o valor total dos cortes nas emendas parlamentares que poderia ser utilizado em obras nos municípios

Leréia: abstenção do Brasil em resolução contra Gaddafi dificulta entrada do país no Conselho de Segurança da ONU

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado **Carlos Alberto Leréia (GO)**, considerou lamentável a posição do Brasil de se abster na última quinta-feira (17) na votação de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que abre caminho para uma ação armada contra o ditador da Líbia, Muammar Gaddafi. Na avaliação do tucano, o Brasil jamais poderia ter se omitido nessa questão, já que trabalha para ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Ministério das Relações Exteriores deve voltar a postular, durante a visita do presidente dos EUA, Barack Obama, um lugar permanente no conselho.

“Os principais países do mundo estavam em uma posição e o Brasil veio com outra. O país merece ocupar essa vaga, pois é uma das principais economias do mundo e vem ultimamente sendo destaque em vários cenários. Mas com essa posição fica difícil conseguir esse assento definitivo”, ressaltou.

A decisão da ONU cria uma zona de exclusão aérea

na Líbia. A ideia é suspender o uso da força militar contra os rebeldes que lutam para derrubar uma ditadura de 41 anos no país. A resolução prevê a adoção de todas as medidas necessárias para defender os civis líbios, exceto por uma invasão por terra. Se as tropas do ditador desrespeitarem a zona aérea de exclusão, seus aviões podem ser abatidos.

Para o tucano, a decisão brasileira vai contra a expectativa de mudança na política externa do país em ação esboçada na alteração da postura em relação ao Irã. A representação brasileira perante o Comitê dos Direitos Humanos da ONU recebeu, no último dia 7, em Genebra, à dissidente iraniana Shirin Ebadi, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz. Ebadi está refugiada na Europa. Como ela é perseguida pelo governo de Mahmoud Ahmadinejad, o fato foi considerado como um ato explícito de repúdio aos procedimentos de Teerã. Segundo a embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Viotti, o país não está convencido que o uso de força levará ao fim imediato da violência.

Leia também em nosso blog:

- Líder no Senado quer barrar uso de recursos do Tesouro para amortizar dívida pública interna
- Leniência com a inflação está sendo incorporada por todo o governo com as bençãos de Dilma, diz ITV
- Dib solicita informações do Ministério do Meio Ambiente sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Carlos Brandão sugere inclusão de veterinários no Programa Saúde da Família
- Lúcia Vânia: fiscalizar a execução do Plano Nacional de Viação é prioridade na Comissão de Infraestrutura

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>